

# FH vincula o Sarah Kubitschek à Saúde

Hospital não receberá mais verbas diretamente do Ministério da Fazenda, mas terá crédito especial

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou ontem o Orçamento da União para 1997, mas vetou o artigo que transferia o Hospital Sarah Kubitschek do Ministério da Saúde para o Ministério da Fazenda, o que permitiria ao hospital receber recursos diretamente do Tesouro. O presidente considerou que, por lei, cabe ao Ministério da Saúde distribuir recursos para hospitais como o Sarah Kubitschek, referência internacional no tratamento de problemas do aparelho locomotor.

Para não prejudicar a administração do Sarah, que é feita pelo Serviço Social Autônomo—Associação das Pioneiras Sociais, Fernando Henrique apresentou pro-

jeto de lei autorizando um crédito especial para o Ministério da Saúde, no valor de R\$ 191,51 milhões, verba que será destinada diretamente para o hospital. É que no artigo vetado era prevista a mesma verba para o Sarah Kubitschek.

O Congresso terá que aprovar esse pedido de crédito especial. Mas como haverá esse crédito e se considera que o dinheiro para o Sarah será liberado, na prática o valor do corte no Orçamento como um todo feito pelo presidente foi de apenas R\$ 15,9 milhões. No próximo dia 21, o Governo anunciará a programação orçamentária, onde deverá revelar novos cortes, assim como o que estará contingenciado.

"Cabe mencionar que a Lei 8.246, de 1991, estabelece que compete ao Ministério da Saúde supervisionar a gestão do hospital, enquanto o Decreto 371, de 1991, determina que o mesmo Ministério da Saúde providenciará a abertura em seu orçamento de uma rubrica específica para os recursos destinados a custear o contrato de gestão celebrado com aquela instituição. Desta forma, proponho o veto. Mas tornase urgente e imperiosa a recomposição da dotação vetada (de R\$ 191.513 mil), para que não haja solução de continuidade na prestação dos serviços por parte daquela instituição." Este foi o parecer do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, encaminhado ao

presidente Fernando Henrique.

O Orçamento é de R\$ 431,5 bilhões, sendo que já estão incluídos nesse valor R\$ 1,6 bilhão que o Congresso adicionou, através de emendas dos parlamentares, às despesas previstas na proposta original do Governo. Além disso, desses R\$ 431,5 bilhões, R\$ 208,4 bilhões correspondem à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, que são destinados ao refinanciamento da dívida pública federal; R\$ 103 bilhões serão destinados ao chamado Orçamento da Seguridade Social, que inclui despesas com as aposentadorias, por exemplo; e R\$ 120 bilhões para o Orçamento Fiscal.

O Governo também fixou um

valor para os investimentos: R\$ 15,7 bilhões. O Orçamento de Investimento do Ministério das Comunicações será o maior, equivalente a R\$ 8,2 bilhões. Já o Ministério da Previdência terá R\$ 22 milhões. Assessores do Palácio do Planalto garantem que os cortes ficaram muito abaixo das previsões que os parlamentares faziam no Congresso.

Segundo documento divulgado pelo Palácio do Planalto, Fernando Henrique Cardoso fez 34 cortes no Orçamento. Além do corte que afetou o Sarah Kubitschek, o presidente da República ainda vetou quatro artigos referentes a obras no Rio de Janeiro — todos propondo a compra de patrulha mecanizada agrícola. ■